



Ofício nº. 0344/2021 – DPO/GP/FDT

Manaus, 24 de Maio de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor
TADEU DE SOUZA SILVA
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil.
Manaus-Am

Assunto: Resposta ao Ofício nº 696/2021- CONSTEC/CASA CIVIL
Requerimento nº 446/2021-CPIPANDEMIA
Documento Sigid: 2021.18911.18917.9.038324

Senhor Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 696/2021- CONSTEC/CASA CIVIL, item “j”, segue planilha referente à doação de recurso a esta Fundação da 2ª. Vara da Seção Judiciária do Amazonas para enfrentamento à pandemia Covid-19 e despesas realizadas, conforme processos SIGED relacionados na planilha.

Atenciosamente,

assinatura digital

MARTHA MOUTINHO DA COSTA CRUZ
Diretora-Presidente da Fundação de Apoio ao Idoso
“Dr. Thomas”



Rua Doutor Thomas, 798 - Nossa Senhora das Graças -
CEP 69053035 - MANAUS-AM

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARTHA MOUTINHO DA COSTA CRUZ EM 24/05/2021 16:30:14
doutor.thomas@manaus.am.gov.br | www.manaus.am.gov.br

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <http://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 7453EEDF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECURSO RECEBIDO POR MEIO DO TERMO DE DESTINAÇÃO DE VALORES CELEBRADO COM A JUSTIÇA FEDERAL - 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

UG: 520301 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO DR. THOMAS

Fonte de Recurso: 02100100 - Arrecadação Própria de Entidades e Fundos para o Enfrentamento da Covid-19

Valor Recebido: R\$ 81.989,50

Data da Recebimento do Recurso: 17/07/2020

Nota de Lançamento da Receita: 2020NL00984

Número NE	Credor	Objeto	Processo	UO / PT	Fonte	Natureza	Empenhado	Posição em 21/05/2021		
								Liquidado	Pago	A Pagar
2020NE00375	26648951000165 - SUNHAUS EIRELI-EPP	Aquisição de Máscaras Descartáveis, Tipo Cirúrgica.	2020.27000.27022.0.007137	08305015110960000	02100100	33903028	14.000,00	14.030,00	14.000,00	0,00
2020NE00376	01708499000159 - DECARES COM. LTDA	Aquisição de Gorro.	2020.27000.27022.0.006483	08305015110960000	02100100	33903028	2.345,00	2.345,00	2.345,00	0,00
2020NE00549	286909000000127 - WM ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO EIRELI	Serviço de Manutenção Corretiva na Substação Elétrica Trifásica.	2020.27000.27022.0.006265	08305015110960000	02100100	33903916	19.143,14	19.143,14	19.143,14	0,00
2020NE00550	286909000000127 - WM ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO EIRELI	Serviço de Manutenção Corretiva na Grupo Gerador, Potência de 144KVA a 260KVA.	2020.27000.27022.0.006265	08305015110960000	02100100	33903917	13.754,11	13.754,11	13.754,11	0,00
Total								49.242,25	49.242,25	49.242,25

Fonte: Afim/2021



José de Souza Melo Júnior
Diretor de Departamento Financeiro/Contabilidade
CRC/AM nº 013451/O-6





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

PORTARIA - 10014476

PORTARIA 002, de 25 de março de 2020

O MM. Juiz Federal Titular da 2ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, Dr. MARLLON SOUSA, no uso de suas atribuições, legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0005211-10.2020.4.01.8000 (Resolução Presi 9953729; Resolução Presi 995909), PAe 0007536-55.2020.4.01.8000 (Provimento Coger 10011969), bem como na Resolução 313/2020 do CNJ.

CONSIDERANDO a urgência e a excepcionalidade decorrentes do estado de calamidade pública que enfrenta o Brasil, causado pela pandemia Covid-19;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos, 4º, II, 7º, 8º e 15 da Recomendação nº 62 do CNJ, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução 313/20 do CNJ, que estabeleceu o Regime de Plantão Extraordinário, no âmbito do Poder Judiciário Nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Presi 9953729, de 17/03/2020, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Presi 9985909, de 20/03/2020, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 42.061, de 16/03/2020, do Governo do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 4.787, de 23/03/2020, da Prefeitura Municipal de Manaus;

CONSIDERANDO o Provimento Coger 10011969, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a destinação de todos os valores depositados judicialmente e, ainda, não remetidos às instituições beneficentes em processos de *sursis* processual e execução de pena.

Art. 2º Destinar os valores depositados judicialmente provenientes do cumprimento de penas de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais à aquisição de materiais e equipamentos médicos a serem utilizados pelos profissionais da saúde no combate da pandemia Covid-19, nos termos desta portaria.



gráfico único. A mesma destinação deverá ser priorizada para os valores provenientes de acordos de

não persecução, cíveis e criminais, previstos, respectivamente, no § 1º do art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa e no art. 28-A do Código de Processo Penal.

Art. 3º Os recursos deverão ser destinados à aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19, como respiradores, máscaras n. 95, aventais descartáveis, luvas e óculos de segurança para utilização pelos profissionais da saúde, materiais e equipamentos médicos necessários ao diagnóstico, à prevenção e ao combate da pandemia Covid-19.

Art. 4º Autorizar que a destinação dos valores deverá ser realizada por meio do contato direto da 2ª Vara Federal com as instituições de saúde, por meio de ofício ou de e-mail, a fim de viabilizar a aquisição direta dos materiais.

§1º Para os fins previstos nesta portaria, ficam dispensadas a publicação de edital e a celebração de convênio.

§2º O Ministério Público Federal deverá ser ouvido antes da liberação de quaisquer valores.

§3º Será dada preferência na destinação de valores as instituições públicas de saúde federais, estaduais, municipais e privadas, nesta ordem.

Art. 5º As instituições de saúde no ato da solicitação de destinação dos valores oriundos de penas pecuniárias deverão apresentar cópia dos seguintes documentos:

I – estatuto;

II – ata de eleição da diretoria em exercício;

III – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

IV – cédula de identidade e CPF do representante;

V – descrição dos bens a serem adquiridos, acompanhados da comprovação de que os valores são os praticados no mercado.

Parágrafo único. As entidades privadas deverão também apresentar declaração, da autoridade máxima da instituição, de que nenhum dos componentes de sua diretoria — bem como nenhum de seus parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau — é agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental.

Art. 6º As destinações de recursos devem ser realizadas mediante formalização de Termo de Destinação de Valores que contenha:

I – a especificação da entidade beneficiada;

II – o montante dos recursos repassados;

III – a finalidade das destinações;

IV – o compromisso da entidade beneficiada de dar amplo conhecimento ao público — por meio de cartaz ou placa afixada na instituição ou em suas redes sociais — de que o projeto selecionado conta com recursos da Justiça Federal; e

V – o prazo para prestação de contas.

Parágrafo único. Além do registro no sistema processual próprio, o termo deverá ser autuado no Sistema



Eletrônico de Informações – SEI, na classe "Repasse de Valores", e comunicado à Corregedoria.

Art. 7º A destinação dos recursos poderá ser realizada na conta bancária do Estado do Amazonas ou diretamente para hospitais públicos federais, estaduais, secretarias municipais de saúde e hospitais do município de Manaus inclusive para instituições privadas que prestem atendimento pelo Sistema Único de Saúde, inserindo-se no processo os respectivos comprovantes.

Parágrafo único. Após a transferência de recursos, determino a ampla publicidade à referida destinação e seja cientificado o Ministério Público Federal e os tribunais de contas com competência para fiscalizar a entidade contemplada.

Art. 8º A prestação de contas deverá ocorrer por meio da apresentação das notas fiscais, faturas, comprovantes de recebimento e demais documentos que comprovem a utilização dos recursos na finalidade prevista no art. 1º deste Provimento, no prazo de até 180 dias a contar da data da destinação realizada.

§ 1º Fica dispensada a prestação de contas quando a destinação for realizada para entidades fiscalizadas pelo tribunal de contas do Estado do Amazonas e da União.

§ 2º O descumprimento injustificado da obrigação prevista no caput deste artigo sujeitará o responsável à apuração de sua conduta nas esferas criminal, cível e de improbidade administrativa.

Art. 9º São vedados:

I – o uso dos recursos para fins político-partidários e para promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;

II – a destinação dos recursos a entidades que não estejam regularmente constituídas;

III – o uso dos recursos para despesas de custeio, como aluguéis, salários, telefonia e tributos.

Art. 10 A 2ª Vara Federal informará, no relatório de inspeção, o saldo da conta e os valores destinados no período, e a Corregedoria Regional fiscalizará o procedimento no momento da correição, salvo notícia de irregularidade.

Art. 11 A destinação de valores para os requerimentos disciplinados nesta portaria não exclui a continuidade de outros projetos comprometidos com outras finalidades que já estejam em andamento, e fica a critério do magistrado mantê-los ou substituí-los.

SUSPENSÃO DO COMPARECIMENTO EM JUÍZO e PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

Art. 12 Determinar a suspensão, até o dia 30/04/2020, do dever de comparecimento periódico em juízo de todos os investigados/réus/apenados.

Art. 13 Determinar a suspensão, até o dia 30/04/2020, do dever de cumprimento da prestação de serviços à comunidade em processos criminais e de execução penal em relação a toda e qualquer instituição/entidade.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Corregedoria Regional.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

minhe-se cópia desta Portaria à Corregedoria-Geral do Eg. TRF/1ª Região, à DPU e ao MPF.

Manaus(AM), 25 de março de 2020.

MARLLON SOUSA

Juiz Federal Titular da 2ª Vara Federal Criminal/SJAM



Documento assinado eletronicamente por **Marllon Sousa, Juiz Federal**, em 25/03/2020, às 11:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **10014476** e o código CRC **40294AA6**.

Avenida André Araújo, 25 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.trf1.jus.br/sjam/
0000954-33.2020.4.01.8002

10014476v3



VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM <http://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 745556F3
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM <http://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 745556F3



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

TERMO

TERMO DE DESTINAÇÃO DE VALORES

O Juiz Federal MARLLON SOUSA, Juiz Federal Titular da 2ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, na forma autorizada pelo Provimento COGER – 10006816, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, e considerando os documentos que integram o PA/SEI 0001016-73.2020.4.01.8002:

1) **DESTINA** a quantia de **R\$ 82.011,50 (oitenta e dois mil, onze reais e cinquenta centavos)**, existente na conta única (Resolução 154/2012 do CNJ), criada para o recebimento de valores decorrentes de prestação pecuniária fixada em processos penais (CEF - Agência – 3990 – Operação 005 - Conta nº 86406050-8), à **FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO DOUTOR THOMAS-FDT**, para viabilizar medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19, mediante aquisição de materiais tais como Kit lençol solteiro, máscara tipo descartável, máscara KN95, copo descartável térmico de isopor, tampa para o copo descartável térmico de isopor, luva descartável, termômetro pistola, aparelho medido de pressão (Documentação 7 - 10228475);

2) Os recursos serão entregues por transferência de valores para a conta da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO DOUTOR THOMAS**, CNPJ: 15.798.622/0001-84, BANCO DO BRASIL - 001, AGÊNCIA: 3563-7, CONTA CORRENTE: 9452-8 em atendimento à PORTARIA COGER - 8388486, de 28/06/2019, que dispõe sobre a transferência e o levantamento de depósitos judiciais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região;

3) a Senhora **MARTHA MOUTINHO DA COSTA CRUZ**, Diretora-Presidente da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas assume o compromisso de dar amplo conhecimento ao público (por meio de cartaz ou placa afixada na instituição ou em suas redes sociais) de que os materiais foram adquiridos com recursos da Justiça Federal, e de prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias.

Manaus, 18/06/2020.


FUNDACÃO DE APOIO AO IDOSO
"DR. THOMAS"
Martha Moutinho da Costa Cruz
Diretora Presidente

MARLLON SOUSA

Juiz Federal Titular da 2ª Vara Federal



Documento assinado eletronicamente por **Marllon Sousa, Juíza Federal**, em 22/06/2020, às 16:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador



C3360512067074251
05/08/2020 12:12:55

Cliente - Conta atual

Agência 3563-7
Conta corrente 9452-8 FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOS
Período do extrato 07 / 2020

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
09/06/2020		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
07/07/2020		7837	74968	830 Dep?sito Online TAA	783.774.968.125.000	442,00 C	
				07/07 12:50 SOP-MONTE CABURAI			
07/07/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	442,00 D	0,00 C
09/07/2020		0000	14049	855 BB CP Automatico S P	1.200.070	8.427,26 C	
09/07/2020		0000	13373	500 Transf Dep?sito Judicial	12.077.364.160.101	8.427,26 D	0,00 C
17/07/2020		0000	14175	976 TED-Levant Dep?sit Judic	305.890.007	81.989,50 C	
				104 0000 5419225000109 JUSTICA FEDERA			
17/07/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	81.989,50 D	0,00 C
31/07/2020		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J6593100 PATRICIA MOURAO SOUZA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088




Prefeitura Municipal de Manaus

Administração Financeira Integrada

Nota de Lançamento

Unidade Gestora 520301 - Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas	Data Emissão 17/07/2020	Número 2020NL00984	NL Referência
Gestão 00003 - Fundação			
Credor -			
Observação VALOR REFERENTE A DEPOSITO JUDICIAL DA 2ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DA SESSÃO JUDICIÁRIA AMAZONAS MEDIANTE TERMO DE DESTINAÇÃO DE VALORES CELEBRADO EM 18/06/2020, PARA VIABILIZAR MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19, CONFORME MATERIAIS DA PROPOSTA APRESENTADA NOS TERMOS DA PORTARIA 10014476 DE 25/03/2020.			

Evento	Inscrição Evento	Classificação	Fonte	Valor
550505	0013563794528	111111901	02100100	81.989,50
800102	1908	459010100	02100100	81.989,50

Reconhecimento de Despesas			
Tipo de Doc Nº:	Nº Processo	NE:	
Complemento Natureza Despesa: -		Ano:	
Em Liquidação		IPO:	
Ordenador :		Usuário Operador da NL: JOSÉ DE SOUZA MELO JÚNIOR	

Página: 1





Prefeitura Municipal de Manaus

Administração Financeira Integrada

Razão da Conta Contábil

Unidade Gestora: 520301 - Fundação de Apoio ao Idoso "Doutor Thomas"

Gestão: 00003 - Fundação

Conta Contábil : 459010100 - Receita de Doações

Conta Corrente : 1908

Data de Referência : 01/01/2020 a 31/12/2020

Data	U.G	Gestão	Nro Documento	Evento	U.G Fav.	RB/RE	Fonte	Movimento	D/C	Saldo	D/C
Saldo Anterior a data de referência:										0,00	C
17/07/2020	520301	00003	2020NL00984	800102			02100100	81.989,50	C	81.989,50	C
Saldo Atual:										81.989,50	C